

Dívida é assunto para o Congresso

Aureliano entende que Parlamento deverá discutir a renegociação

O ministro das Minas e Energia, Aureliano Chaves, reafirmou, ontem, que o Governo precisa oferecer à Nação "uma visão clara de nossas dificuldades", submetendo ao Congresso Nacional a estratégia para que o país possa renegociar a dívida externa com o sistema financeiro internacional de forma conveniente aos seus interesses.

Aureliano apóia o Pacto Social proposto pelo presidente José Sarney, elogia o ministro do Trabalho, Almir Pazzianotto, com cujas colocações concorda, mas insiste em que, numa democracia, o local adequado para debater problemas importantes como a dívida externa é o Congresso Nacional — a instituição que representa o povo brasileiro.

A DECISÃO

O Congresso é o local adequado para se debater a dívida externa e adotar uma decisão, segundo Aureliano, que reclama o envio pelo Governo de um programa, submetendo aos congressistas a estratégia para a renegociação do endividamento.

O ministro das Minas e

Energia julga necessário que todos os ângulos da questão sejam esclarecidos. Por exemplo, é preciso alinhar quais as implicações e consequências de uma hipotética declaração de moratória ou a suspensão unilateral de qualquer pagamento para que os congressistas tomem uma decisão consciente.

— A palavra da Nação se faz ouvir no Congresso, através dos representantes do povo. Ao Congresso caberá a decisão — diz o ministro. Pessoalmente, Aureliano não votaria a favor da moratória, advertindo de que o País pagaria um preço muito alto se optasse por esse caminho extremo. Mas, acha que esta é uma questão que deve ser decidida pelo Congresso, razão por que julga indispensável que o Governo submeta àquela instituição uma estratégia de renegociação.

O ministro acredita que o Pacto Social, proposto pelo Presidente da República às forças políticas e econômicas, está sendo muito bem conduzido por ministro do Trabalho, Almir Pazzianotto, cujas qualidades de negociador enaltece. Mas, ad-

verte que "só conseguiremos exercitar a vida democrática no Brasil se conseguirmos montar um grande cenário de entendimento nacional".

Para que isso seja possível é indispensável dizer toda a verdade a respeito das dificuldades que o País enfrenta, de modo especial alinhar quais as alternativas que existem, quais as implicações de cada uma e sugerir aquela que considere mais conveniente aos interesses nacionais.

— Temos que ser cada vez mais claros — diz o ministro Aureliano Chaves. É preciso dizer as coisas com toda clareza e sinceridade, o que pode não gerar dividendos imediatos, mas Preserva a autoridade e tranquiliza a consciência.

Aureliano Chaves acredita que a moratória seria uma alternativa desastrosa, pois está convencido de que as consequências de uma decisão desse tipo seriam prejudiciais aos interesses do Brasil. Mas, adverte que ao Congresso deve caber o exame atento de todos os ângulos da questão e a responsabilidade pela decisão.